



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

ESDRAS ALVES DE OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO DA TERCEIRA VIA ENQUANTO OBJETO DISCURSIVO:
UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES OPINATIVAS DO JORNAL O ESTADO DE
S. PAULO**

JOÃO PESSOA, PB

2023

ESDRAS ALVES DE OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO DA TERCEIRA VIA ENQUANTO OBJETO DISCURSIVO: UMA
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES OPINATIVAS DO JORNAL O ESTADO DE S.
PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Jornalismo, da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Marluce Pereira da Silva.

JOÃO PESSOA, PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048f Oliveira, Esdras Alves de.

A formação da terceira via enquanto objeto discursivo: uma análise das produções opinativas do jornal O Estado de S. Paulo / Esdras Alves de Oliveira. - João Pessoa, 2023.
49 f.

Orientação: Marluce Pereira da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo - TCC. 2. Jornalismo político. 3. O Estado de São Paulo (jornal) - Análise. 4. Terceira via política. I. Silva, Marluce Pereira da. II. Título.

UFPB/CCTA

CDU 070(043.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

ATA DE APROVAÇÃO

Este trabalho foi submetido à avaliação da Banca Examinadora composta pelos professores abaixo relacionados, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba.

Aluno: Esdras Alves de Oliveira

Título do trabalho: A formação da terceira via enquanto objeto discursivo: uma análise das produções opinativas do jornal O Estado de S. Paulo Aprovado em 10 de novembro de 2023, com média 10,0

BANCA EXAMINADORA

Professor(a) orientador(a): Profa. Dra. Marluce Pereira da Silva

Universidade Federal da Paraíba

Assinatura: _____

Professor(a) examinador(a): Profa. Dra. Patrícia Monteiro Cruz Mendes

Universidade Federal da Paraíba

Assinatura: _____



Documento assinado digitalmente

PATRICIA MONTEIRO CRUZ MENDES

Data: 14/11/2023 21:04:06-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Membro examinador(a): Profa. Dra. Zulmira Nóbrega Piva de Carvalho

Universidade Federal da Paraíba

Assinatura: _____



Documento assinado digitalmente

ZULMIRA NOBREGA PIVA DE CARVALHO

Data: 20/11/2023 16:02:49-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe, Cacilda, meu pai, Josenilson, e meu irmão, Rubens, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiaram em minhas decisões e a quem eu devo minha vida e boa parte dos melhores momentos que vivenciei.

Aos amigos de longa data, Ana Caroline, Laryssa, Aleksandr, Camilla e Marcílio, e às amigas que fiz nessa jornada e que levo para a vida, Mariani, Joyci e Beatriz, pelo apoio, pelos momentos, pelas risadas e pelo acolhimento.

A todos os professores que compõem o corpo docente do curso de jornalismo, por compartilharem dos seus conhecimentos e do seu tempo, até mesmo fora das salas de aula, e contribuírem com minha formação profissional e cidadã. Agradeço especialmente à professora Patrícia, por dividir um pouco de sua paixão pelo jornalismo e de seu carinho de mãe com toda nossa turma.

Às minhas coordenadoras da extensão universitária, Luceni e Lidiane, que me permitiram pôr em prática boa parte do que aprendi em sala de aula e estiveram comigo na maior parte da minha caminhada até aqui. Sou eternamente grato pela ternura cotidiana.

À minha orientadora e coordenadora da iniciação científica, Marluce, pelas oportunidades, pelos ensinamentos, pelas palavras de incentivo e pelo senso de humor que sempre me alegrou em nossos encontros.

E finalmente, a todos aqueles que não citei, mas que de alguma forma me acompanharam neste caminho.

RESUMO

Este trabalho busca, através de uma pesquisa qualitativo-interpretativista, apresentar o aparecimento da *terceira via* política enquanto um dos objetos discursivos presentes no discurso jornalístico do final de 2021. O estudo lança mão das teorizações encontradas no método da análise discursiva foucaultiana (2020), destacando a noção de “formação dos objetos” que integra a ideia de “formação discursiva”. A pesquisa relaciona a essas teorizações as contribuições de Galtung e Ruge (1965), Traquina (2005), Wolf (1995) e Marques de Melo (2003) relativas ao debate em torno da noticiabilidade e dos gêneros jornalísticos. Além disso, o trabalho busca considerar ainda a maneira que este objeto discursivo ocupa o lugar de outros objetos de mesmo nome, apresentando o projeto político de *terceira via* proposto por Giddens (2005). Para isso, toma por corpus analítico cinco textos opinativos encontrados no jornal *O Estado de S. Paulo* nos meses de novembro e dezembro de 2021. A partir deles, problematiza e discute diversos aspectos que atravessam este objeto e demonstram a necessária relação que possuem entre si, possibilitando o aparecimento da *terceira via* no contexto histórico e político contemporâneo. Com isso, a pesquisa demonstra a influência da linha editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* e o peso das estruturas jornalísticas na emersão da *terceira via* enquanto objeto discursivo.

Palavras-Chave: jornalismo político; terceira via; análise do discurso; formação dos objetos;

ABSTRACT

This research seeks, through qualitative-interpretivist research, to present the emergence of the *third way* as one of the discursive objects present in the journalistic discourse at the end of 2021. The study makes use of the theorizations found in the method of Foucauldian discursive analysis (2020), highlighting the notion of “object formation” which integrates the idea of “discursive formation”. The research relates to these theories the contributions of Galtung and Ruge (1965), Traquina (2005), Wolf (1995) and Marques de Melo (2003) regarding the debate surrounding newsworthiness and journalistic genres. Furthermore, the research also seeks to consider the way in which this discursive object occupies the place of other objects, presenting the third way political project proposed by Giddens (2005). To do this, it takes as its analytical corpus five opinion texts found in the newspaper O Estado de S. Paulo in the months of November and December 2021. From them, it problematizes and discusses various aspects that cross this object and demonstrate the necessary relation they have with each other, enabling the emergence of the third way in the contemporary historical and political context. In conclusion, the research demonstrates the influence of the editorial line of the newspaper O Estado de S. Paulo and the weight of journalistic structures in the emergence of the third way as a discursive object.

Keywords: political journalism; third way; discourse analysis; formation of objects;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 TRILHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS.....	9
3 FORMAÇÃO DO OBJETO DE TERCEIRA VIA.....	12
3.1 Aspectos da Noticiabilidade e dos Valores Notícia.....	12
3.2 Aspectos do Jornalismo Opinativo.....	20
3.3 Aspectos Históricos: Jornal O Estado de S. Paulo.....	23
3.4. Uma Outra Terceira Via: A proposta de Giddens.....	27
3.4.1 Globalização.....	31
3.4.2 Individualismo.....	31
3.4.3 Esquerda e Direita.....	32
3.4.4 Ação Política.....	34
3.4.5 Questões Ecológicas.....	34
3.4.6 A Política de Terceira Via.....	35
3.5 Aspectos Complementares: Grades de Especificação e Instâncias de Delimitação.....	37
3.6 Relações Gerais entre os Aspectos Analisados.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXO A - Corpus analítico expandido: resultados iniciais da busca.....	43
ANEXO B - Corpus analítico selecionado: produções selecionadas para a análise.....	48

1 INTRODUÇÃO

No final de 2021, como em todo ano pré-eleitoral, jornalistas e colunistas intensificaram o debate em torno dos prováveis candidatos à presidência da república que se apresentariam em 2022. Pesquisas à época apontavam Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL) como os principais elegíveis e prováveis opositores mútuos em um já esperado segundo turno.

Em seus textos de opinião, o jornal *O Estado de S. Paulo* apontou, repetidas vezes, a necessidade de se considerar uma opção que fugisse dos candidatos que saíram à frente nas pesquisas eleitorais, mas não foi apenas o periódico que trouxe esse tema à tona. Neste período, em alguns outros veículos da mídia, muito se falou sobre o carecimento de uma opção de *terceira via*. Enunciados do período apontaram para possíveis candidatos, como, por exemplo: o senador e ex-ministro do governo Bolsonaro, Sérgio Moro (União Brasil); o ex-governador do estado do Ceará e ex-ministro do governo Lula, Ciro Gomes (PDT); o ex-governador do estado de São Paulo, João Dória (PSDB) e; a ex-senadora e atual Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB). Além destes, outros nomes (com menor expressão política) apareceram em pesquisas de opinião com frequência e foram apontados como possíveis candidatos de *terceira via*. Com isso, apesar de não ser um candidato em específico, a *terceira via* vinha ocupando um espaço considerável em variados enunciados encontrados no jornalismo político brasileiro.

Nesse cenário, essa temática passou a integrar o debate público com frequência. Para o filósofo e teórico social Michel Foucault (2020), são justamente as regularidades encontradas nos enunciados que permitem o aparecimento de algo enquanto uma verdade ou saber (científico ou não) nos discursos que atravessam um determinado campo, trazendo a possibilidade de sentido de um enunciado em um determinado contexto.

O jornalismo, enquanto lugar de circulação e produção de sentidos, permite o (re)surgimento de diversos enunciados e a emersão de regularidades discursivas que auxiliam a construção deste momento enquanto o recorte sócio histórico adequado para a aparição deste e de vários outros temas, criando possibilidades de verdade. Márcia Benetti e Nilda Jacks (2001) desenvolvem este pensamento:

Não há jornalismo sem aquilo que costumamos compreender como sendo “exterior”: os fatos, as relações de poder, os contextos sociais, as decisões políticas, os interesses econômicos, as crenças religiosas, as concepções estéticas. Tudo isso, que por uma questão de recorte temos por hábito deixar “fora” do discurso, na verdade o constitui. O discurso é o resultado de tudo que lhe parece externo. Em um movimento complexo, o jornalismo mostra e esconde o que convém a seus enunciadores por meio de estratégias discursivas (Benetti; Jacks, 2001, p. 12).

É com essa compreensão que procuramos discutir e problematizar o campo de possibilidades que fez emergir no discurso jornalístico e político o objeto da *terceira via* nas eleições presidenciais do Brasil em 2022.

Para isso, tomaremos como corpus analítico as notícias do periódico *O Estado de S. Paulo* nos últimos dois meses do ano de 2021 e faremos uso da análise discursiva foucaultiana, alinhados ao método arqueológico do pensador francês. No entanto, antes de adentrar a análise, precisamos nos ater brevemente a alguns conceitos que regem a análise discursiva e o método arqueológico de Foucault. Assim, começaremos discutindo alguns conceitos teóricos prévios e, em seguida, passaremos à análise trabalhando a formação do objeto de *terceira via* em cinco blocos de aspectos: os aspectos da noticiabilidade e dos valores notícia; os aspectos do jornalismo opinativo; os aspectos históricos vinculados ao jornal *O Estado de S. Paulo*; os aspectos relativos a um outro sentido da *terceira via* política e; os aspectos relacionados às grades de especificação e às instâncias de delimitação.

2 TRILHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS

Como nos lembra a linguista Eni Orlandi (2012), existem diversas maneiras de se estudar a linguagem. Podemos nos ater a seus diferentes aspectos e produzir inúmeros tipos de estudo a partir de suas regras ou particularidades. A análise do discurso (AD) é uma dessas maneiras, mas compreende mais do que a língua enquanto sistema de signos ou sistema de regras formais. A AD trabalha a língua em contato com o que a margeia e a atravessa, observando como ela produz a particularidade de sua apresentação naquele momento específico.

Em sua obra “A arqueologia do Saber” (2020), Michel Foucault esboça seu conceito em torno dessa metodologia, que tomaremos como base para esta análise:

A análise do campo discursivo [...], trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semisilenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (Foucault, 2020, p. 34).

Sob a abordagem de Foucault, a análise discursiva explora a singularidade dos enunciados observados e, através do método arqueológico desenvolvido pelo autor, busca descobrir e apresentar as regras que dirigem o discurso, problematizando como estes produzem novos enunciados. Estas regras reunidas integram uma importante noção para nossa pesquisa, a de formação discursiva. Ainda em “A Arqueologia do Saber” (2020) o autor detalha esta ideia:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações, diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (Foucault, 2020, p. 47).

Vale destacar que, neste momento, discursos são compreendidos pelo autor enquanto dispersões e práticas complexas. Sendo assim, não representam ou demonstram simplesmente um resultado do que se produziu anteriormente a sua enunciação. Negando a quietude com a

qual a noção de continuidade histórica é aceita ao, geralmente, analisarmos um conjunto de enunciados e problematizando a tradição histórica do pensamento, o autor nos convida a interrogar o discurso apresentado dentro do próprio discurso, tomando-o por base de toda a análise. Busca-se individualizar o discurso para descrevê-lo em sua singularidade. Assim, o método proposto deve se dar na observação do discurso em sua condição de existência, isto é, deve ser tratado de acordo com o que tornou sua ocorrência possível (Vandresen, 2010).

Essa análise do discurso proposta pode ser observada em quatro níveis: objetos, tipos de enunciação, conceitos e estratégias. Ao revisar os estudos de Roberto Machado (1981) relativos à *Arqueologia do Saber*, Vandresen (2010) explica os diferentes níveis:

[...] ao nível do objeto, trata-se de compreender as regras que permitem que algo apareça como objeto de um discurso; ao nível dos tipos enunciativos, trata-se de analisar as regras que tornam possível a existência de enunciações diversas na constituição de um discurso; ao nível dos conceitos, trata-se de analisá-lo a partir do que Foucault chama “pré-conceitual”, aquilo que torna possível seu aparecimento e transformação; e ao nível das estratégias (temas e teorias), trata-se de definir o sistema de formação das diferentes estratégias que individualizam um discurso. Enfim, ter o discurso como objeto de estudo é estabelecer sua regularidade (Vandresen, 2010, p. 6).

Situada nessas definições, a análise discursiva nos permite, ao tomar o material jornalístico enquanto corpus em uma pesquisa qualitativa, realizar uma análise que ultrapasse a interpretação subjetiva dos interditos esboçados em uma notícia, seja ela de opinião ou não. Podemos expandir a perspectiva teórica considerada nas teorias da ação política jornalística, nas quais os *media* são apresentados de modo instrumentalistas, puramente a serviço de interesses políticos pré-concebidos, para uma visão que pondere os diferentes panoramas que integram a realidade desses materiais. Com isso, não apontamos que esses enunciados sejam livres dos interesses políticos dos diversos sujeitos que os cingem, mas apenas que não se resumem exclusivamente a esta ação, como frequentemente é descrito nos estudos sociológicos que discutem o jornalismo político.

Buscamos, assim, problematizar e discutir a formação discursiva em que a *terceira via* se estabeleceu enquanto pauta regular nos textos opinativos trabalhados considerando, mais especificamente, a formação da *terceira via* enquanto objeto discursivo.

Para tanto, considerando este período um momento ímpar de efervescência política, nos focamos em selecionar materiais que foram produzidos nos últimos dois meses do ano anterior às eleições. Reunimos para leitura prévia 37 matérias¹ de novembro e dezembro de

¹ A relação completa de matérias pode ser encontrada no Anexo A - Corpus Analítico Expandido: Resultados Iniciais.

2021 encontradas na versão online do periódico, que surgiram como resultado para o filtro de pesquisa “Opinião” ao procurar por produções vinculadas ao termo “*terceira via*” na aba de busca do portal.

Ao trabalhar com o material inicial, constatamos que dentre elas havia a repetição, por parte do sistema de busca, de 29 resultados idênticos vinculados ao Fórum dos Leitores do Estadão, espaço para publicação das contribuições dos leitores enviadas para a redação. Como estes não possuem datação e podem, inclusive, ser encontrados como resultados de outros meses e anos ao pesquisar os mesmos termos sob uma maior amplitude temporal, optamos por desconsiderá-los, fixando a análise no material que apresentava a opinião de jornalistas, colaboradores e da empresa. Verificamos ainda a presença de artigos que não discutiam necessariamente a *terceira via* e que acabaram por ser igualmente desconsiderados.

Assim, o trabalho analisa cinco produções jornalísticas² do período selecionado e alguns materiais anteriores que podem ser vinculados à construção sócio-histórica da temática em nosso recorte temporal. Aplicamos a eles a ideia discutida por Foucault (2020) de formação dos objetos, que constitui parte do diálogo em torno das formações discursivas. Por fim, desenvolvemos a pesquisa considerando aspectos que constatamos como imprescindíveis para a formação regular deste objeto no discurso em que se inscreve.

² A relação com as cinco matérias que foram foco da análise encontra-se no Anexo B - Corpus Analítico Selecionado: Produções Selecionadas para a Análise.

3 FORMAÇÃO DO OBJETO DE TERCEIRA VIA

Iniciando esse percurso analítico em torno das regras de formação discursiva, discutiremos as regras de formação do objeto aqui verificado: a *terceira via* enquanto pauta jornalística recorrente. Para começar precisamos nos ater às superfícies substanciais de sua emergência, ou seja, demarcar onde esses enunciados podem surgir.

3.1 Aspectos da Noticiabilidade e dos Valores Notícia

Os surgimentos de enunciados no discurso jornalístico passam primeiramente pelo nível mais básico da produção de notícias, a seleção que ocorre frente a abundância de acontecimentos e informações do cotidiano. Para um fato integrar as páginas de um periódico deve, a princípio, ser considerado “importante” o suficiente, possuir o que os teóricos do jornalismo definem como noticiabilidade. O sociólogo italiano Mauro Wolf (1995) define melhor esse conceito:

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a “matéria-prima” que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa. Pode também dizer-se que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (Wolf, 1995, p. 170).

Esse conjunto de requisitos, no entanto, não é imutável. O que definiu um fato enquanto “noticiável” no século XIX não fará de um acontecimento atual, notícia. O nível de noticiabilidade também depende dos interesses e necessidades da organização e equipe que estão avaliando aqueles acontecimentos, tendo assim sua parcela de subjetividade. Em suma, o caminho que um acontecimento percorre no processo de produção da informação é melhor representado por uma complexa negociação, com possibilidades de ajustes flexíveis, do que por um processo esquemático e enrijecido (Wolf, 1995).

É nessa negociação que são aplicados o que convencionou-se chamar de valores notícia, componentes da noticiabilidade. Segundo Wolf, os valores notícia são “qualidades do acontecimento, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os

recomenda para serem incluídos num produto informativo”. Assim, quanto mais forte é a presença de valores notícia em dado acontecimento, maiores são suas chances de serem considerados fatos noticiáveis. Vale destacar ainda que esses valores não estão presentes apenas na escolha do que irá virar notícia, mas em todo “o processo de negociação”, podendo ser utilizados, por exemplo, como critérios para justificar necessárias substituições de notícias em uma página, após a queda de uma outra matéria.

Existem diversas classificações que buscam criar inventários com listas de valores notícia a serem utilizados no jornalismo, cada um construído a partir de um estudo que dialoga melhor com uma determinada época e com uma mídia específica dentro do campo jornalístico.

Considerando a perspectiva de Galtung e Ruge (1965), trabalhada por Traquina (2005), como referência inicial, podemos identificar alguns dos doze valores notícia discutidos pelos autores nas matérias aqui analisadas, tais como uma amplitude notável do evento, a significância, a consonância, a continuidade, as referências a pessoas de elite, a personalização e a negatividade. Tomemos como exemplo alguns trechos materiais extraídos do artigo de opinião *A terceira via está viva nos corações e mentes* (Albuquerque, 2021) e do editorial *A implosão dos partidos* (O Estado de S. Paulo, 2021a) para discutir os valores notícia apontados por Galtung e Ruge e visualizados no tema aqui pesquisado:

O sentido de uma terceira via corrente é o de um candidato oposto à escolha entre opções mutuamente excludentes. Ou seja: nossos eleitores podem votar livremente, desde que em Lula ou Bolsonaro. Trata-se de um equívoco, pois terceira via não quer dizer candidato único, e sim um movimento social que está hoje nos olhos, ouvidos e bocas do nosso dia a dia.

Movimento social, que pode atrair muitos e ser repellido por eles, a terceira via já está viva entre nós, é ativa e mora nos corações e mentes das camadas mais influentes do País. Seria viável extrair desse movimento cívico candidaturas eleitoralmente competitivas? a resposta é sim. A campanha eleitoral de 2018 revelou-se uma disputa entre minorias extremas, num cenário de maioria fragmentada. Isso disseminou a convicção de que não haveria alternativa a uma escolha limitada a Lula ou Bolsonaro (Albuquerque, 2021).

Seria salutar para a democracia que os eleitores encontrassem respostas para os problemas do País fora dos extremos representados por Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. As pesquisas, no entanto, mostram escassa viabilidade para quaisquer desses nomes até o momento, e a votação da PEC dos Precatórios pode ajudar a explicar parte da descrença na política tradicional (O Estado de S. Paulo, 2021a).

A amplitude enquanto valor notícia diz respeito ao quão extenso é o alcance de um evento e até onde ele alcança a sociedade. Segundo os autores, os eventos do cotidiano precisam alcançar um certo patamar para que cheguem a ser noticiados. Um dos pontos que evidenciam a amplitude de sentidos desta pauta é sua própria natureza, ao trabalhar com a

eleição presidencial de todo um país e discutir temas vinculados ao jogo político na câmara às vésperas do ano eleitoral. O tema diz respeito a um assunto de interesse público que pode definir as próximas linhas da história recente nacional e é indiscutivelmente uma pauta de expressiva amplitude.

Como visto nos trechos acima, a opção de *terceira via* também é apresentada de modo frequente como uma resposta à democracia, o que manifesta o peso vinculado à sua apresentação. Esse peso ou relevância de um tema são os principais medidores de um dos possíveis gestos de interpretação do valor notícia da significância. Um segundo ponto nas matérias analisadas que pode ser ligado a este valor notícia, lido sob essa perspectiva, é a necessidade na resolução da suposta problemática que é apontada em diversos textos: um segundo turno entre Lula e Bolsonaro, tema que já era pensado desde muito tempo no cenário eleitoral. Analisados pelo periódico enquanto opções igualmente desinteressantes, a consagração de qualquer um dos candidatos foi colocada como um fator de forte impacto negativo na economia e na política brasileira e, por sua vez, auxiliou na formação da ideia de equiparação de candidatos que não necessariamente estão em lados equivalentemente opostos, tendo em vista o alinhamento de Bolsonaro com o extremismo em diversas pautas e a proximidade de Lula com as políticas de centro.

Essa imagem de equivalência entre os governos e de equiparação em alguns níveis é construída sob a memória de uma cobertura jornalística de muitos anos em relação aos dois governantes. Tal memória também caracteriza a produção dos discursos e, como explica Orlandi, nessa perspectiva pode ser tratado enquanto interdiscurso ou memória discursiva, isto é, o saber construído que possibilita todo o dizer, o já-dito que está na base do dizível (Orlandi, 2012). Essa memória discursiva atravessa justamente a concepção do valor notícia de consonância, o qual procura visualizar o vínculo de um acontecimento recente a uma “pré-imagem mental”. Talvez essa seja a concepção de valor notícia de maior peso em nosso corpus analítico, dada a construção de décadas no que concerne à imagem política dos governantes dentro das colunas opinativas do *Estado de S. Paulo*.

Por consequência, o valor notícia continuidade acaba surgindo em meio a este contexto. A continuidade é baseada na ideia de que um assunto que ganha notoriedade e é definido como notícia, volte a ser definido como notícia por um tempo. O tema da *terceira via* voltou com certa frequência dado o recorte temporal no qual iam sendo produzidas essas matérias e a maneira com que os movimentos dos atores políticos iam resgatando indiretamente a pauta. Votações importantes, como, por exemplo, a PEC dos precatórios,

citada no trecho exemplificativo que trouxemos aqui, geraram novos desdobramentos e possibilidades de análise do quadro eleitoral que se esboçava no final de 2021.

Voltando ao critério da significância, este pode ainda assumir uma compreensão vinculada à proximidade que o acontecimento tem com o público, mais notadamente a proximidade cultural. Podemos ainda considerar a proximidade geográfica enquanto um fator integrante deste valor notícia. Em ambos os casos, de modo similar ao valor notícia da amplitude, o traço nacional da pauta em questão valoriza o aparecimento desse tema nos jornais.

Já as referências a pessoas de elite são valores notícia intrinsecamente associados ao jornalismo político de modo geral. As elites sempre estão direta ou indiretamente vinculadas ao jogo político e suas ações são naturalmente mais noticiáveis do que as ações dos outros. A personalização enquanto valor notícia, neste caso, parte justamente dessas pessoas de elite na política - ex-presidentes, candidatos, possíveis candidatos, entre outros - e como os acontecimentos em seus entornos são consequências das ações deles ou estão correlacionados a essas pessoas. Este valor notícia apresenta os acontecimentos com frases em que existe um sujeito, nem sempre de modo sutil, não necessariamente de modo oculto. Vejamos, por exemplo, como as votações da PEC dos precatórios são anunciadas no editorial *A implosão dos Partidos* (O Estado de S. Paulo, 2021a):

O MDB, da pré-candidata e senadora Simone Tebet (MS), recomendou o voto contrário à PEC dos Precatórios, mas ao menos 10 deputados ignoraram essa orientação nas duas etapas. No PSD, do senador Rodrigo Pacheco (MG), apenas cinco dos 35 parlamentares votaram contra (O Estado de S. Paulo, 2021a)

Por fim, considerando a perspectiva de Galtung e Ruge, podemos reconhecer nas publicações um dos mais famosos valores notícias no jornalismo, a negatividade. Esse valor notícia gira em torno de um aspecto flagrante na cobertura jornalística: histórias ou eventos que destacam aspectos negativos, como conflitos, desastres e escândalos, acabam por receber mais atenção do público e, por conseguinte, recebem maior destaque na mídia. Nas matérias analisadas o negativo surge, de modo muito forte, na leitura da atualidade política, econômica e social e na listagem de escândalos políticos dos governos passados para justificar a necessidade da *terceira via*. Segundo Galtung e Ruge (1965), esse valor notícia acaba por estabelecer ainda uma forte relação com outros valores notícia. Traquina (2005) sintetiza esse entendimento:

a) as notícias negativas satisfazem melhor os critérios de frequência; b) as notícias negativas são mais facilmente consensuais e inequívocas no sentido de que haverá acordo acerca da interpretação do acontecimento como negativo; c) as notícias negativas são mais consonantes com, pelo menos, algumas pré-imagens dominantes do nosso tempo; e d) as notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas, tanto no sentido de que os acontecimentos referidos são mais raros, como no sentido de que são menos previsíveis (Traquina, 2005, p. 72-73).

Essa valorização do negativo acaba perpassando outras listas de valores notícia, como é o caso dos estudos de Mauro Wolf (1995) realizados a partir de diversos autores, os quais desenvolveram seus próprios catálogos. A negatividade ou infração enquanto um valor notícia é trazido aqui como uma ideologia da própria notícia em si, uma de suas bases, justificando uma das máximas mais populares do jornalismo: *bad news is good news*. Novamente a negatividade é correlacionada a outros fatores, mas aqui são destacadas a evolução das empresas jornalísticas na sociedade ocidental e o gênero de opiniões relativas ao público partilhadas pelos jornalistas. Independentemente disso, a maneira como este valor notícia consegue ser observado aqui é o mesmo diante da percepção de Galtung e Ruge.

Buscando expandir a compreensão de como esta pauta emerge jornalisticamente, consideremos ainda os demais valores notícia discutidos por Wolf. O autor organiza os valores notícia a partir de cinco categorias: os critérios substantivos, relativos ao conteúdo dos acontecimentos; os critérios relativos aos produtos informativos; critérios relativos ao meio de comunicação; critérios relativos ao público e; os critérios relativos à concorrência.

Dos critérios substantivos, podemos observar, em diferentes intensidade, a presença de todos os valores notícia apresentados pelo autor, são eles: Grau e nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável, quer no que respeita às instituições governamentais, quer aos outros organismos e hierarquias sociais; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve e; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

O valor notícia do grau e nível hierárquico dos envolvidos estabelece, de certo modo, uma relação com os valores notícia formulados por Galtung e Ruge que trabalham o vínculo com países de elite e com pessoas de elite. Condensando ambos, este valor notícia valoriza fatos que trabalhem com os grupos e nações dirigentes ao redor do mundo. Como exposto anteriormente, as produções aqui analisadas estabelecem um paralelo constante com os

grupos e com a situação das movimentações políticas nas mais importantes rodas do poder legislativo e dos partidos políticos de maior representação do país.

Também correlacionável a alguns dos valores notícia de Galtung e Ruge, nomeadamente os valores de significatividade e proximidade, o critério de impacto à nação e impacto sobre o interesse nacional não está vinculado apenas ao que acontece no país, mas diz respeito também ao sistema de valores ideológicos de uma nação e como esta percebe e valoriza determinados acontecimentos e regiões do mundo em detrimento de outras. Pautas internas, de conteúdo nacional, e que envolvem o funcionamento e administração do nosso país naturalmente tem valor indiscutivelmente maior que acontecimentos relativos a outros países. Assim como Gans (1979) observou nas notícias dos Estados Unidos, países que possuem pouca ou nenhuma proximidade com o Brasil raramente são noticiados fora das linhas dos acontecimentos dramáticos, como catástrofes e conflitos políticos.

No caso do nosso corpus analítico é difícil medir até onde vai a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve. No entanto, partindo de menores e mais diretas mensurações, podemos considerar todos os candidatos que compõem a *terceira via* enquanto personalidades correlacionadas ao fato, o que por si só é um número expressivo. Soma-se a isso que este valor notícia considera ainda a presença de “grandes nomes” em sua aplicação. Assim, neste caso, não é apenas uma temática que aglutina nomes dispersos, mas que possui direta ligação com uma quantidade expressiva de figuras importantes no meio político. Como pode-se observar, em alguns níveis este valor notícia tem uma correlação íntima com o primeiro critério substantivo aqui apresentado.

Por fim, Wolf confere ainda a esta categoria o valor notícia de relevância e significatividade do acontecimento quanto o desenvolvimento futuro de uma determinada situação. Para exemplificar este critério, o autor retoma um exemplo levantado por Gans que discute justamente as campanhas presidenciais e suas correlações com as eleições primárias no exterior. De fato, este valor notícia é muito evidente ao observar as produções jornalísticas que antecedem as campanhas eleitorais. Nestes casos são observadas projeções, especulações e construções de cenários caso os possíveis candidatos venham a tomar o poder, possuindo um desfecho incerto, mas vinculado ao que se espera no porvir.

Conseguimos observar uma reunião dos critérios substantivos trabalhados por Wolf (com a citação a pessoas que representam o poder; com o impacto financeiro do tema sob os cofres públicos e, consequentemente, sob povo; com a referência aos credores e personagens políticos nacionais; e com a previsão de colapso orçamentário) no trecho do artigo de opinião *A mentira a serviço dos velhacos* (Nêumanne, 2021):

Na “nova política”, emergiu das sombras da mais hedionda tirania das Américas a do chileno Pinochet. Paulo Guedes, economista soít-disant liberal, garimpou em nossas contas públicas duas saídas para o aparente impasse. Diante da fatura de R\$ 90 bilhões a serem pagos a credores acumulados por decênios, ele vislumbrou uma porta de saída no arrombamento do teto dos gastos, construído no meio governo Temer para deter a cupidez dos gastões de caraminguás na república da gastança. O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega engendrou a metáfora perfeita em entrevista para o blog do Nêumanne no portal do Estadão: o teto é o oposto, uma âncora. E, ao abandoná-lo, o ministro da Economia do desgoverno Bolsonaro a lançou ao mar. A situação é esta: a economia brasileira atualmente é uma nau à deriva e não tem mais como aportar. O mercado ficou “nervosinho” na ironia grosseira do chefe-geral da república dos insanos (Nêumanne, 2021).

Na segunda categoria de valores notícia, aqueles relativos ao produto, destacam-se no material pesquisado, principalmente, a negatividade ou infração (a qual discutimos anteriormente) e a atualidade. Wolf correlaciona o valor notícia da atualidade ao valor da frequência, explicando que a atualidade está diretamente vinculada à periodicidade da produção informativa. Utilizando o exemplo dos noticiários diários televisivos, o autor explica como as notícias são consideradas atuais no período que divide o jornal de hoje da edição de ontem. Considerando os sites de informação, esse tempo é reduzido ao imediatismo da internet, mas esse tempo pode voltar a ser relativizado quando falamos do jornalismo de opinião. No que se refere ao nosso objeto de estudo, as matérias não deixam de acompanhar um período temporal próximo ao dos fatos que são comentados (naquelas que possuem um acontecimento específico enquanto base)³.

Transversalmente vinculada a esta ideia, a terceira categoria de valores notícia diz respeito aos critérios relativos ao meio de comunicação no qual são produzidas as matérias. Aqui evidenciam-se novamente dois valores notícia: a frequência e o formato da notícia.

Como exposto há pouco, a frequência está intimamente relacionada à periodicidade. Entretanto, este valor notícia não considera apenas a periodicidade do meio, mas também a periodicidade da própria informação. Quanto mais próximas estas forem uma da outra, mais provável será a aprovação deste acontecimento para o desenvolvimento de um conteúdo

³ Este aspecto talvez fique mais evidente ao considerar o gênero jornalístico da maior parte do corpus analítico: o artigo. Retomando o debate levantado por Martín Vivaldi (1973), Melo (2003, p. 122) explica: “O articulista tem liberdade de conteúdo e de forma, mas ele deve tratar de fato ou ideia da atualidade [...]. É claro que o sentido de atualidade não se restringe ao cotidiano, mas ao momento histórico vivido.” Assim, o tema ronda o atual, mas não o atual que estamos habituados a considerar quando tomado pelo sentido aplicado às notícias e reportagens diárias.

jornalístico. Assim, informações de constante atualização e que possibilitam recorrentes desdobramentos possuem uma boa aderência ao funcionamento do ciberespaço.

Já no que se refere ao formato da notícia, o critério fundamental é a possibilidade de construção narrativa daquele acontecimento. Notícias devem possuir início, meio e fim e alguns acontecimentos podem ser deixados de lado pela dificuldade que apresentam em se encaixar nesses moldes e por não possuírem força a partir de outros valores. Isso é, provavelmente, menos presente no jornalismo político que nas demais editorias, afinal esta área lida com a constante disputa de narrativas anteriormente produzidas. Para além disso, há um interesse mais intenso dos personagens envolvidos em relatar essas histórias, como aponta Franklin Martins (2019):

Em Brasília, temos uma enorme quantidade de fontes à disposição [...]. Melhor elas têm interesses conflitantes e brigam entre si. Estão interessadas em falar ou podem se interessar em falar se souberem que outros já andaram dando suas versões sobre os fatos [...]. Resumindo: na cobertura política, pescamos livremente no oceano, onde há de tudo, e não em um tanque artificial, monitorados pelo dono da casa (Martins, 2019, p. 47).

A produção jornalística deve ainda se ater aos valores notícia relativos ao público, tomando como referência as necessidades e reivindicações indiretas da audiência. Assim como o jornalismo tem um papel chave na construção da realidade, o público-alvo possui um peso na elaboração dessas representações do mundo produzidas no jornal. Nesta categoria, ao considerar os textos examinados, sublinhamos o valor notícia da clareza. A política não é algo de simples entendimento quando consideradas as diversas normas que regem o processo eleitoral, o funcionamento das casas legislativas, os processos de tramitação de uma lei ou de uma emenda à constituição, o rito de aprovação para medidas provisórias, as movimentações necessárias por parte de cada partido no período eleitoral e tantos outros fatores que não necessariamente serão de conhecimento dos leitores. As regras e os procedimentos devem ser apresentados de modo a serem compreendidos sem grande dificuldade e podemos perceber essa clareza em grande parte dos produtos aqui observados.

Por fim, Mauro Wolf considera os critérios relativos à concorrência, estes menos influentes em nosso caso. Com a atual instantaneidade da notícia, esse aspecto, que anteriormente se materializava bastante na ideia de publicar algo em primeira mão, talvez seja mais visualizado nos dias de hoje através da competição por exclusivas, como citado

pelo autor. Seja como for, os valores notícia vinculados à concorrência acabam por não se destacarem tanto nesta cobertura.

3.2 Aspectos do Jornalismo Opinativo

Apesar de elucidarem diversos aspectos que levaram esse tema às páginas de opinião do *Estado de S. Paulo*, os valores notícia por si só não formulam objetos discursivos no jornalismo. Superado temporariamente o aspecto da noticiabilidade no que tange à emergência do objeto de *terceira via*, podemos considerar que antes e durante o nível de seleção e reconhecimento destes acontecimentos enquanto fatos noticiáveis, estes também são atravessados pelas características específicas do tipo de jornalismo pelo qual eles estão sendo reconhecidos e publicados, o que tem sua parcela de impacto na formação desse objeto discursivo.

Os textos que tomamos por base se enquadram no que se convencionou chamar de jornalismo opinativo, que engloba produções nas quais podemos observar abertamente a expressão de opinião e atribuição de valores aos acontecimentos noticiados.

É preciso destacar, de antemão, que ao cindir o jornalismo opinativo daquele que não é opinativo, habitualmente nomeado como jornalismo informativo, não corroboramos a ideia de que exista um jornalismo objetivo, neutro e imparcial representado pelos gêneros informativos. Como aponta Marques de Melo (2003), a própria seleção de acontecimentos noticiáveis, sobre a qual discutimos acima, já é, por si só, um instrumento das empresas jornalísticas para expressar sua opinião. Somam-se a ela outros elementos que integram as rotinas jornalísticas e desenham os limites do que pode ser dito, como a pauta jornalística e a cobertura diária. Assim, trabalhamos aqui com as matérias que possuem essa expressão em sua natureza mesma (e não de modo subjetivo ou indireto), o que abre espaço para que as colocações analisadas existissem e fossem realizadas do modo que foram. Em suma, a existência da apresentação de opinião sobre este tema de modo aberto no meio jornalístico não seria possível se vinculada a outros gêneros jornalísticos, restritos em seus modelos.

Essas manifestações podem vir de diferentes grupos ou pessoas e, de acordo com o seu emissor, se concretizar em diferentes gêneros opinativos. Marques de Melo (2003) reúne essas possibilidades sob quatro núcleos: o jornalista, o colaborador, o leitor e a empresa.

A opinião do jornalista pode ser apresentada em um grupo extenso de gêneros jornalísticos, tais como comentário, resenha, colunas de opinião e artigos de opinião. Estes últimos podem ainda apresentar as opiniões dos colaboradores, representantes da sociedade

civil não-jornalistas que procuram os espaços jornalísticos para contribuir (sob forma remunerada) com a produção e participar da vida política e cultural (Melo, 2003). A maior parte da nossa análise se deu sob produções desses dois grupos.

Neste tocante, vale destacar que mesmo ao produzir artigos, gênero que fornece uma maior liberdade autoral, os jornalistas tendem a se aproximar bem mais da orientação editorial da empresa que os colaboradores. Apesar de debatível, isso é frequentemente apontado como um resultado de estarem diretamente circunscritos no ambiente jornalístico, o qual, comandado por um grupo de proprietários, apresenta uma dinâmica particular que favorece esse resultado:

O principal instrumento nas mãos dos proprietários é a própria estrutura da redação, caracterizada por um evidente verticalismo, como é próprio das organizações complexas. As decisões fluem de cima para baixo, desde o editor chefe até a chefia de reportagem ou às editorias especializadas. É uma relação de ordem e obediência, na qual as chefias decidem o que os seus subordinados vão fazer e cobram o cumprimento integral da execução, dispondo ainda de instrumentos adicionais para corrigir as distorções. E é claro que as pessoas ascendem aos postos-chaves nas empresas jornalísticas passam também por um processo de seleção, tornando-se pessoas de confiança. São geralmente profissionais que se afinam com a opinião da empresa. Ou então, divergindo dessa opinião, comprometem-se a seguir a orientação vigente. Os proprietários naturalmente exercem vigilância sobre o andamento das atividades jornalísticas controlando diariamente o produto final (Melo, 2003, p. 76-77).

Apesar disso, ainda podemos dizer que os jornalistas articulistas gozam de determinadas prerrogativas exercendo sua função se comparados aos jornalistas do informativo, o que os possibilita trazer novas perspectivas ao debate.

Junto a eles, os colaboradores contribuem com a formação desse objeto falando de espaços sociais que também margeiam e atravessam o debate em torno da *terceira via*. No material analisado, podemos observar a presença de economistas, professores e escritores que colaboraram com o espaço opinativo do jornal apresentando suas respectivas visões sobre o tema.

A opinião do leitor (ou de uma parcela deles) também faz parte do jornal e é apresentada no *Fórum dos Leitores*, ambiente no qual O Estadão publica “cartas” selecionadas e anteriormente enviadas pelo público. O espaço, assim como nos demais periódicos, é de certo modo democrático, apesar de visivelmente seguir a linha editorial à risca no momento de triagem das cartas. Não consideramos este espaço no atual trabalho pela

organização sem registros temporais que é feita no jornal em questão - os conteúdos são reproduzidos de modo disperso, em dias diferentes e com os mesmos textos, dificultando a precisão em relação às datas de envio e publicação.

Ademais, temos a opinião da empresa jornalística. Esta, além de ser representada por toda orientação editorial, é apresentada oficialmente nos editoriais. É importante destacar aqui que essa opinião, não necessariamente será a opinião apenas dos proprietários nominais do jornal, mas dos núcleos de poder que participam da organização, como explica Marques de Melo (2003):

Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro (Melo, 2003, p. 104).

Com editoriais que repercutiram intensamente nas redes sociais, *O Estado de S. Paulo* traz a *terceira via* quase sempre em crítica à oposição dos candidatos com maior apoio popular para as eleições de 2022. Além do já citado *A implosão dos Partidos*, o jornal apresentou mais cedo no mesmo ano o editorial *Cenário Sombrio* (O ESTADO DE S. PAULO, 2021b) que deixa claro sua posição frente à Lula, Bolsonaro e a *terceira via*, com o qual podemos exemplificar a linha editorial frente a esta temática:

É o pior dos mundos. Um segundo turno entre Lula da Silva e Jair Bolsonaro oporia o atraso ao retrocesso, a indecência à imoralidade, a desfaçatez ao cinismo. É impossível que o desfecho de tal disputa resulte em algo positivo para o País, especialmente porque, em qualquer dos casos, o vencedor certamente aprofundará a discórdia entre os brasileiros.

A própria pesquisa, no entanto, indica que há uma boa chance de evitar tal desastre. No levantamento com respostas espontâneas – quando o eleitor cita o nome do candidato que lhe vem à cabeça –, 49% dos entrevistados dizem não saber em quem pretendem votar. Há, portanto, um imenso campo para que um candidato de centro, que defenda a responsabilidade na administração pública e resgate o diálogo político como a essência da democracia, possa se apresentar a esse significativo contingente de eleitores, cansados da gritaria petista e bolsonarista (O Estado de S. Paulo, 2021b).

3.3 Aspectos Históricos: Jornal *O Estado de S. Paulo*

Estas colocações podem encontrar no opinativo o espaço e nos valores notícia suas justificativas iniciais, mas ainda assim isto não explica a formação do objeto de *terceira via*, não por completo. Na realidade, o que trabalhamos até agora, com os devidos ajustes, poderia ser aplicado a muitos outros temas diferentes, publicados em outros jornais. Precisamos considerar ainda que a *terceira via* também surge aqui e em outros discursos a partir de contextos históricos próprios, especificamente neste caso, o do veículo que publica os produtos que analisamos e o contexto dela mesma. Resumindo, assim como outros objetos, ela é também um produto histórico dentro de condições de possibilidade. Analisemos então estas circunstâncias.

Todos os enunciados examinados neste trabalho foram publicados no jornal *O Estado de S. Paulo (Estadão)* em seu modelo *online*. Destacamos esta escolha, pois nem sempre as matérias do jornal impresso possuem textos idênticos às suas versões na web, dado aspectos como a necessidade de diagramação das versões impressas e a possibilidade constante de edição posterior dos textos online.

Refletindo as novas formas no consumo das notícias, o website do Estadão passou a funcionar em maio de 2000, após a fusão dos sites da *Agência Estado*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, resultando na criação do portal *estadao.com.br*. Mesmo sendo relativamente recente em sua forma online, o jornal seguiu uma linha editorial há muito estabelecida, visto que é estreitamente vinculado ao seu equivalente impresso, o qual está em circulação no Brasil há mais de um século.

O Estadão é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em funcionamento e teve sua primeira tiragem realizada em janeiro de 1875, ainda durante o período do império e sob seu nome original (*A Província de S. Paulo*). Segundo o jornalista e historiador José Alfredo Vidigal Pontes, a sua fundação foi realizada por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, concretizando a proposta de criação de um diário republicano (lançada durante a realização da Convenção Republicana de Itu), com o propósito de “combater a monarquia e a escravidão”⁴.

⁴ Apesar das publicações realizadas pelo próprio jornal escreverem deste modo seus princípios e posicionamentos iniciais, o professor e jornalista Juremir Machado da Silva aponta em seu livro *Raízes do conservadorismo brasileiro: A abolição na imprensa e no imaginário social* que apenas 10 anos após sua criação o jornal ensaiou iniciar uma defesa à República e ao abolicionismo. Segundo o autor, até 1884 nas

Ainda de acordo com o texto de Pontes, publicado pelo próprio *Estadão*, editorialmente o jornal sempre manteve sua linha de apoio à democracia representativa e à economia de livre-mercado.

O grupo fundador, constituído por cafeicultores ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP), fez do diário um porta-voz das ideologias das classes dirigentes no final do século XIX (Guilherme, 2018a). Com isso, davam início a uma cobertura política intensa que marca o jornal durante toda a sua história.

No ano de 1902, Júlio de Mesquita tornou-se proprietário único do jornal que em 1890 passara a se chamar *O Estado de São Paulo*. Júlio havia ingressado no periódico em 1885, enquanto redator, e era genro de um de seus fundadores. Introduziu no início do século XX uma oposição ao governo nacional que se estenderia ao longo da Primeira República.

Durante a Era Vargas, o *Estadão* “espelhou” e “intermediou” o discurso das elites brasileiras endossando - na maior parte do período - a objeção midiática generalizada ao governo nacional, desconsiderando o seu apoio popular (Abreu e Lattman-Weltman, 1994). Em 1932 a família Mesquita esteve envolvida ativamente nas articulações da Revolução Constitucionalista e chegou a utilizar o prédio do jornal como base revolucionária. A partir de 1935 e após a intentona comunista, o periódico inicia uma “flexibilização” destes posicionamentos perante a prioritária reação à “ameaça comunista”, colaborando assim com a construção de um espaço político para uma escalada autoritária de Vargas. São nos cenários ditatoriais posteriores, materializados no Estado Novo, que a sede do jornal é invadida pelos militares e a família Mesquita se exila retomando o jornal apenas em 1945 (Guilherme, 2018a). Esta passagem fortaleceu um autoproclamado combate aos governos populistas que se seguiram.

Afeiçoado às candidaturas da União Democrática Nacional (UDN), *O Estado de S. Paulo* fez forte oposição ao governo João Goulart, herdeiro do getulismo e altamente associado ao movimento sindical. Já em 1961, o jornal pedia que Jango seguisse Jânio Quadros em sua renúncia e detalhou os processos necessários, apontando a “insensibilidade” do ex-presidente “ao lançar o país numa das mais graves crises da sua história política” e convocando as forças armadas a responderem politicamente a supostos golpes comunistas futuros (O Estado de S. Paulo, 1961). Júlio de Mesquita Filho, um dos diretores do jornal, e

páginas da *Província de São Paulo* ainda constava anúncios com leilões de pessoas escravizadas e denúncias de pessoas escravizadas que haviam fugido (Guilherme, 2018a).

seu filho, Ruy Mesquita, foram apontados por diversas fontes ao longo da história como importantes articuladores do golpe que estava por vir em 1964. O jornal manteve apoio aos militares nos primeiros momentos com editoriais que aplaudiram as intervenções aplicadas por Castelo Branco e até mesmo incentivaram outras ações das forças armadas. Foi com AI-2 que *O Estadão* começou uma mudança gradual nos posicionamentos e passou a responder negativamente à já instaurada ditadura militar.

Segundo Guilherme (2018a), pouco depois, entre 1968 e 1972, com a prisão de vários jornalistas e as tensões criadas pelo governo federal, a direção do jornal procurou desviar de temas que possivelmente desagradassem os ditadores, aplicando a autocensura. Na época, o jornal recebia recados dos militares listando temas que não deveriam ser publicados. Mais tarde, com o AI-5 em vigor, *O Estadão* ficou sob censura prévia, sendo obrigado pelo governo a descartar materiais produzidos que fossem julgados ameaçadores para a “revolução”. No início da década de 70 a prática foi formalizada e aplicada enfaticamente com a presença de censores em diversos jornais, incluindo o periódico, que passou a ser monitorado após recusar indicações do Serviço Nacional de Informações (SNI) (Guilherme, 2018a).

Os anos seguintes foram marcados pela tentativa da imprensa de denunciar a censura a ela aplicada. Dentre as estratégias se destacou a tentativa do Estadão de expor a situação com a publicação de receitas culinárias em páginas de destaque do jornal, incluindo receitas que sequer faziam sentido. Poemas também foram utilizados para substituir os espaços deixados em branco pela falta das matérias censuradas pelos agentes do governo, os quais na maioria das vezes pouco sabiam sobre o funcionamento de um jornal e deixavam passar os textos. Entre 75 e 78, há uma redução da censura prévia: os censores deixam a redação, mas continuam a mandar recados de temas proibidos para publicação.

Na década seguinte, como maior parte da imprensa, *O Estadão* não deu muita importância ao movimento das *Diretas Já* quando em seu início, mas voltou sua atenção às reivindicações populares no momento em que tomaram conta das ruas por todo o Brasil, realizando uma ampla cobertura e reiterando fortemente a opinião pública. Mesmo assim, nesse período, o jornal não deixou de tecer críticas a parte dos organizadores do movimento, especialmente aqueles vinculados ao Partido dos Trabalhadores, que compunham os grupos presentes (O Estado de S. Paulo, 1984).

Com a volta à democracia, *O Estado de S. Paulo* se colocou enfática e abertamente ao lado das candidaturas que defendiam as agendas neoliberais - ou pelo menos mais se aproximavam disso. Seu posicionamento político se traduz também nas questões que defendeu fora dos momentos meramente eleitorais como aponta Guilherme (2018a):

Abusando da linguagem beligerante, o jornal postou-se contra diversos direitos trabalhistas como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença paternidade e o aumento do valor da hora extra, vistos como catastróficos para a produção, pois desestimulariam o Capital e gerariam desemprego. Sob o mantra da “meritocracia”, o OESP se esforça para estimular a competição entre os trabalhadores e convencer os sindicalistas de que a “livre negociação” entre patrão e empregado é boa para o trabalhador (p.216. Guilherme, 2018a).

Em suas publicações, o periódico cobrou de Collor, Itamar e FHC a implementação de políticas econômicas que reduzissem a influência do estado e possibilitassem medidas pró-mercado, apontando novamente no próprio Estado a raiz de toda a crise econômica. Estes posicionamentos se intensificaram com a vitória de Lula, que reacendeu sentidos de práticas discursivas anti populistas da época de Vargas e Jango por parte do jornal.

Nas últimas décadas o jornal assumiu uma posição que beirou a propaganda política em diversos momentos e seus editoriais não negaram seu alinhamento com os candidatos representados pelo PSDB nas disputas contra Lula e Rousseff. Esmaecendo a participação de partidos como o MDB e o próprio PSDB, apontou os líderes petistas como chefes nos escândalos de corrupção que se sucederam durante os últimos anos e rechaçou todas as candidaturas vinculadas ao partido. Seguindo a mesma linha, apoiou o golpe de 2016 e se colocou ao lado de Michel Temer durante as reformas trabalhista e previdenciária, chegando a publicar entre setembro do mesmo ano e janeiro de 2017 uma série de reportagens intitulada “A reconstrução do Brasil”, na qual “forja o retorno do consenso à pauta neoliberal” e a indica enquanto guia desta “necessária reconstrução” pós governos petistas (Guilherme, 2018b). A propaganda, no entanto, não vê resultados na opinião pública que sequer permite uma tentativa de “reeleição” de Temer.

Em 2018, o PSDB perde maior parte de sua base eleitoral com a guinada na popularidade do ex-presidente Jair Bolsonaro. Apesar de estar ajustado à agenda ultraliberal sob a asa do ex-ministro da economia Paulo Guedes, Bolsonaro admite abertamente seu desconhecimento no que tange à gestão econômica e chega a desautorizar e discordar do

economista publicamente durante a corrida presidencial⁵. Sob o clima de incertezas gerado no mercado, o jornal inicia, já na campanha, um esforço que já apresentamos anteriormente aqui: exibir Lula e Bolsonaro enquanto personagens políticos equivalentes. Essa rotulação é peça chave na emergência da *terceira via* enquanto objeto discursivo no Estadão, acompanha uma trajetória de posicionamentos inflexíveis do periódico e fica evidente em publicações da época como pode ser observado nos trechos a seguir extraídos do editorial *Um escolha muito difícil* (O Estado de S. Paulo, 2018):

O segundo turno da eleição presidencial vai opor duas candidaturas que se nutriram dos antagonismos que hoje parecem predominar na sociedade brasileira, à esquerda e à direita. Pela primeira vez desde a redemocratização do País, não haverá um candidato de centro na etapa final da disputa - ou seja, o eleitor, que tradicionalmente privilegiou a moderação, a despeito do calor das campanhas, optou pelos extremos, denotando seu fastio com a política tradicional depois de anos de sucessivos escândalos.

De um lado, o direitista Jair Bolsonaro (PSL), o truculento apologista da ditadura militar; de outro, o esquerdista Fernando Haddad (PT), o preposto de um presidiário. Não será nada fácil para o eleitor decidir-se entre um e outro (O Estado de S. Paulo, 2018).

3.4. Uma Outra *Terceira Via*: A proposta de Giddens

O caminho trilhado até aqui enfatiza os aspectos relativos à produção e ao histórico que fazem este objeto emergir, mas não discutimos ainda como ele exclui outros entendimentos de *terceira via*. As discussões políticas em torno de uma *terceira via* e os usos desse termo, apesar de aparentemente recentes no campo político, resgatam uma expressão que já foi explorada em diferentes momentos históricos por escritores e políticos de convicções completamente diferentes.

Ao que parece a expressão tomou a discussão política no final do século XIX e foi popular entre grupos de direita na década de 20. No entanto, seu uso ganhou maior notoriedade posteriormente através dos social-democratas e socialistas, como detalha o sociólogo britânico Anthony Giddens:

No início do período pós-guerra, os social-democratas pensavam de maneira bastante explícita que estavam encontrando um caminho distinto do capitalismo de mercado americano e do comunismo soviético. Por ocasião de sua refundação, em 1951, a Internacional Socialista falou explicitamente sobre a terceira via nesses moldes. Cerca de 20 anos depois, tal como empregado pelo economista tcheco Ota Sik, a expressão foi utilizada para designar o socialismo de mercado. Os

5

<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/eleicoes/2018/noticia/2018/10/04/bolsonaro-diz-que-paulo-guedes-afirmou-ter-cometido-ato-falho-ao-falar-em-recrutar-cpmf.ghtml>

social-democratas suecos parecem ter falado com maior frequência da terceira via, sendo que a última versão, no final da década de 1980, referia-se a uma importante renovação pragmática (Giddens, 2005, p. 35).

Pouco tempo depois, na década de 90, os estudos de Giddens se voltaram ao debate de um novo modelo político-econômico e resgataram mais uma vez o termo. Sua ideia de *terceira via* é a de um conceito que sintetiza numa política original propostas socialistas e liberais, promovendo a igualdade e a justiça social sem comprometer a liberdade individual ou a eficiência econômica.

A proposta de Giddens partiu das experiências sociais democratas e das perspectivas neoliberais. Na primeira, a qual o autor se refere por “Social-Democracia do Velho Estilo”, a ideia do capitalismo de livre mercado era vista como geradora de muitos dos efeitos problemáticos que Marx diagnosticara anteriormente. No entanto, acreditava-se que intervenções por parte do Estado poderiam superar ou anular esses efeitos. De acordo com essa visão:

O Estado tem a obrigação de fornecer bens públicos que os mercados não podem suprir ou só podem fazer de maneira fragmentada. Uma forte presença do governo na economia, e também em outros setores da sociedade é normal e desejável, uma vez que, numa sociedade democrática, o poder público representa a vontade coletiva. A tomada de decisão coletiva, envolvendo governo, empresariado e sindicatos, substitui em parte os mecanismos de mercado. [...] Benefícios estatais são essenciais para o auxílio a famílias em necessidade, e o Estado deveria intervir onde quer que indivíduos, por uma razão ou outra, sejam incapazes de se defender por si mesmos (Giddens, 2005, p. 19).

A busca por igualdade também está no eixo central da antiga social-democracia e é intimamente vinculada ao conceito de *welfare state*.⁶ Segundo Giddens,

Uma maior igualdade deve ser alcançada mediante várias estratégias de nivelamento. A tributação progressiva, por exemplo, através do *welfare state*, tira dos ricos para dar para os pobres. O *welfare state* tem dois objetivos: criar uma sociedade mais igual, mas também proteger os indivíduos ao longo do ciclo da vida (Giddens, 2005, p.20).

Apesar do honroso propósito, a dinâmica igualitarista, quando levada a cabo até às últimas consequências, por vezes trouxe problemas. As antigas sociais-democracias enfrentaram o desafio do envelhecimento da população e do aumento dos custos com saúde e

⁶ O conceito de *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, foi introduzido pelo economista britânico William Beveridge em seu relatório intitulado *Social Insurance and Allied Services*, publicado em 1942. Beveridge propôs um sistema de proteção social que garantisse a todos os cidadãos acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como benefícios financeiros em caso de desemprego, doença ou aposentadoria. Essa ideia se tornou cada vez mais popular no pós-guerra, levando muitos países a adotar políticas sociais abrangentes e programas de bem-estar social para seus cidadãos. Apesar do conceito ser produzido posteriormente, muitos governos já haviam introduzido políticas do gênero anteriormente.

previdência social, por exemplo. Essas dificuldades colocaram em xeque a sustentabilidade dos modelos de proteção social baseados no Estado. As dificuldades financeiras também se refletiram em uma “engenharia social que deixou um legado de conjuntos habitacionais decadentes, dominados pelo crime” em diferentes países (Giddens, 2005, p.26).

Na contramão das proposições social-democratas, a repressão à dilatação do estado é base das políticas neoliberais, as quais também fazem parte do contexto de criação da *terceira via*. Segundo Edmund Burke (1982), fundador do conservadorismo na Inglaterra, esse alargamento do Estado está visceralmente associado a perdas de liberdade⁷ e de estabilidade social. Foi sob essa linha de pensamento que o thatcherismo desenvolveu suas estratégias de governo no país anos depois. A tese do Estado mínimo lida com as problemáticas da desigualdade a partir da consideração de que a liberdade oferecida pelo estado à sociedade civil é suficiente para a geração da solidariedade social, supostamente intrínseca ao comportamento popular. Neste ponto, a proposta neoliberal se mostra rasa, pois o aumento da desigualdade econômica e social é um dos seus mais recorrentes problemas e afeta, negativa e diretamente, as comunidades mais pobres.

Também segundo esta visão o *welfare state* possui um caráter destrutivo para a ordem civil, ao contrário do mercado, que prospera se deixado a partir da iniciativa individual:

Os neoliberais associam forças de mercado irrestritas a uma defesa de instituições tradicionais, em particular a família e a nação. A iniciativa individual deve ser desenvolvida na economia, mas caberia promover obrigações e deveres nessas outras esferas. A família tradicional é uma necessidade funcional para a ordem social como na nação tradicional. Outros tipos de família, como lares com uma única figura parental, ou relações homossexuais, só contribuem para a deterioração social. O mesmo se aplica em grande parte a tudo que debilite a integridade social. Insinuações xenofóbicas costumam ser claras nas declarações de escritores e políticos neoliberais (Giddens, 2005, p.22).

⁷ Na obra *Reflections on the Revolution in France* (1982), Burke assume um posicionamento que segue em sentido oposto ao concebido pela social-democracia (em diversos aspectos, não só nos econômicos). A liberdade, que integra a problemática proposta por Burke no papel do Estado, é pensada pelo autor como algo mais complexo. O autor afirmou: "Quando vejo o princípio da liberdade em ação vejo agir um sentido vigoroso e isto, de início, é tudo o que sei. É o mesmo caso de um líquido que entra em efervescência; os gases que ele contém se liberam bruscamente: para se fazer um julgamento é necessário que o primeiro movimento se acalme, que o líquido se torne mais claro, e que a nossa observação possa ir um pouco além da superfície agitada. Antes de felicitar alguém sobre um bem que lhe advenha, é necessário que eu esteja relativamente seguro de que a pessoa de fato tenha recebido tal bem. [...] Por tal razão eu deveria me abster de felicitar a França por sua nova liberdade até que tivesse conhecimento de como essa liberdade se harmoniza com o governo, com o poder público, com a disciplina e a obediência dos exércitos, com o recolhimento e a boa distribuição dos impostos, com a moralidade e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e a ordem, com os costumes públicos e privados" (BURKE, 1982, p. 52). Pode-se observar aqui alguns princípios do conservadorismo já vinculados às propostas econômicas do campo liberal.

Apesar do vínculo entre mercado irrestrito e avanço econômico, assumido por neoliberais, a maior crise financeira global da história recente foi amplamente atribuída às políticas neoliberais de desregulamentação financeira e à falta de supervisão adequada do mercado financeiro. A crise de 2008 teve impactos graves e duradouros em muitos países, incluindo altas taxas de desemprego, perda de moradias, pobreza e instabilidade social.⁸

Os divergentes pontos de vista e os problemas pendentes em ambas as estruturas de governo suscitaram debates na passagem da década de 80 para os anos 90. Partidos social-democratas, por exemplo, introduziram algumas questões às suas propostas flexibilizando os projetos anteriores. Pontos como a produtividade econômica, políticas de participação, desenvolvimento comunitário e ecologia ganharam força nessa vertente.

Neste momento a sociedade também passou por mudanças políticas expressivas, com a complexificação dos espectros políticos, antes mais resumidos à dicotomia direita/esquerda:

Levantamentos sociais levados a cabo em países específicos confirmam a realidade da mudança de atitude e a inadequação da divisão esquerda/direita como um meio de compreendê-la. John Blundell e Brian Gosschalk, por exemplo, vêem as atitudes sociais e políticas no Reino Unido divididas em quatro aglomerados, a que chamam conservador, libertário, socialista e autoritário. A crença na liberdade econômica - o livre mercado - é medida num eixo e a liberdade pessoal em outro (Giddens, 2005, p. 31).

De acordo com Giddens, a lógica anterior da dicotomia esconde eventos que atravessaram tanto a direita quanto a esquerda, ofuscando uma nova dinâmica política baseada em novas formas de atratividade e apoio. Já não bastam as divisões em classes sociais para definir o jogo político. Outros critérios ganharam corpo no debate popular dando brecha a possibilidades de novos consensos.

É nesse contexto que se situa a *terceira via* de Giddens, vista enquanto uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia às transformações mundiais das últimas décadas do século XX.

O primeiro ponto colocado pelo autor na construção desse conceito são os dilemas que moveram o debate da social-democracia até aquele momento. Esses debates são

⁸ A crise financeira de 2008 é, atualmente, um dos principais pontos de partida das críticas ao neoliberalismo. O colapso do sistema financeiro internacional partiu da crise no mercado imobiliário estadunidense. O mercado de títulos lastreados em hipotecas de alto risco, conhecidos como "subprime", teve uma queda intensa dos preços de imóveis e o valor dos títulos lastreados em hipotecas também despencou com o aumento da inadimplência nos empréstimos hipotecários de alto risco. Investidores, bancos e outras instituições financeiras por todo o mundo tiveram perdas expressivas e enfrentaram a possibilidade da falência. A crise pôs em xeque as bases do neoliberalismo alavancadas por Margaret Thatcher e Ronald Reagan na década de 80.

vinculados a cinco eixos principais: a globalização; o individualismo; a dicotomia esquerda/direita; a ação política e; os problemas ecológicos.

3.4.1 Globalização

A globalização é uma realidade indiscutível e já integrava boa parte das discussões políticas e econômicas na década de 90. Entretanto, foi recepcionada com muitas ressalvas por boa parte da “social democracia do velho estilo”, que, muitas vezes, via nela um mito neoliberal. Do outro lado, alguns apontavam a globalização como o início do fim dos estados-nação e dos seus respectivos poderes políticos. Independente das colocações, o fato é que, apesar de ainda existirem diversas áreas do comércio que atuem de forma regionalizada, atualmente a economia tem um funcionamento plenamente global e que acompanha um mercado financeiro que opera em tempo real. O comportamento globalizado se estende também à dinâmica da vida nos diferentes lugares de modo geral:

A globalização [...] não diz respeito em absoluto apenas, ou mesmo basicamente, à interdependência econômica, mas à transformação do tempo e espaço em nossas vidas. Eventos distantes, quer econômicos ou não, afetam-nos mais direta e imediatamente que jamais antes. Inversamente, decisões que tomamos como indivíduos são com frequência globais em suas implicações. Os hábitos alimentares que os indivíduos têm, por exemplo, têm consequências para os produtores de alimentos, que podem viver do outro lado do mundo (GIDDENS, 2005, p.41).

Ainda na discussão da globalização, no que se refere às estruturas nacionais, Giddens aponta não para uma ruína do Estado-nação, mas para a sua transformação, atravessada por novas formas, demandas e possibilidades de identidades locais ao redor do mundo. A exemplo do nacionalismo escocês, crescente no Reino Unido durante seus estudos, outros países formularam movimentos nacionais de identidade similares - como o próprio Brasil na última década. Com a globalização, pudemos acompanhar também a multiplicação de novas parcerias globais, que transpõem os limites geográficos.

3.4.2 Individualismo

O individualismo é um outro aspecto atual que divide opiniões entre os social-democratas e os neoliberais. Como aponta Ulrich Beck, o “novo individualismo” se manifesta em diferentes áreas da vida, incluindo a educação, a carreira, a vida familiar e a política. As pessoas são cada vez mais incentivadas a buscar seus próprios interesses e a tomar decisões com base em seus próprios desejos e necessidades, em vez de seguir normas ou expectativas sociais, estas mais comuns anos atrás. Essa questão conversa diretamente

com o debate relativo à solidariedade social, que é afetada pela tendência à valorização do indivíduo em detrimento da comunidade.

Para Giddens, o individualismo é ainda uma questão entre os críticos de esquerda, mas o autor aponta, aqui também, para uma tentativa de meio-termo:

Temos de moldar as nossas vidas de uma maneira mais ativa do que fizeram as gerações anteriores, e precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas consequências do que fazemos e dos hábitos de estilo de vida que adotamos. O tema da responsabilidade, ou da obrigação mútua, estava lá na social-democracia do velho estilo, mas permanecia em grande parte latente, já que era submerso no conceito de provisão coletiva. Temos de encontrar um novo equilíbrio entre indivíduo e responsabilidades coletivas hoje (Giddens, 2005, p.47).

3.4.3 Esquerda e Direita

O terceiro dilema discutido pelo autor foi a dicotomia esquerda/direita, brevemente apresentada aqui anteriormente. Este aspecto é um pouco mais extenso e está intimamente vinculado com os discursos analisados neste trabalho.

Segundo Norberto Bobbio (1995), que defendeu a permanência da dicotomia em sua obra *“Direita e Esquerda”* e foi referenciado por Giddens, mesmo com uma discussão em torno de seu enfraquecimento esta distinção continua a exercer forte influência sobre o pensamento político porque a política envolve essencialmente a oposição. Mesmo que as mesmas ideias possam alternar suas posições em relação ao espectro político geral elas jamais ocupam ambos os lados. Um outro ponto colocado por Bobbio frente a esta distinção entre esquerda e direita é a maneira com que as vertentes políticas trabalham a desigualdade. Mesmo com uma maior defesa da igualdade social por parte da esquerda e uma sistematização da sociedade em classes sociais por parte da direita, quando pensamos na igualdade aqui discutida temos que compreendê-la em sua relatividade: “igualdade entre quem, do quê e em que grau?”.

A ideia de Giddens neste ponto parte do que foi colocado por Bobbio, mas acrescentando a consideração do posicionamento esperado pela esquerda frente ao tema:

Os da esquerda não somente buscam justiça social, mas também, acreditam que o governo deve desempenhar um papel-chave na promoção dessa meta. Em vez de falar de justiça social como tal, é mais preciso dizer que ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade é importante sobretudo por ser relevante para as oportunidades de vida, o bem-estar e a auto-estima das pessoas. [...] Há também outras razões para a inquietação com a desigualdade. Uma sociedade extremamente desigual está se prejudicando por não fazer o melhor uso dos talentos e capacidades de seus cidadãos. Além disso, as desigualdades podem

ameaçar a coesão social e podem ter outras consequências socialmente indesejáveis (como provocar altas taxas de criminalidade) (Giddens, 2005, p. 51 e 52).

Apesar disso, vimos nos últimos anos algumas aproximações entre os espectros políticos. A própria globalização, em conjunto com a desintegração do comunismo enquanto sistema econômico e social, trouxe novas roupagens a essa divisão. Atualmente, em países industrializados não há uma extrema esquerda que se possa apontar, mas, por outro lado, há sim o crescimento de uma extrema direita que atua em resposta à globalização com bandeiras como o protecionismo econômico, religioso e cultural. Essas mudanças marcam a derrocada de uma das principais linhas divisórias entre esquerda e direita: a meta de substituição do capitalismo enquanto sistema. As propostas da maior parte da esquerda - ou pelo menos da parcela com maior poderio político - não mais giram em torno da queda do capitalismo, mas sim da maneira que o capitalismo deve ser gerido e regulado. As considerações em torno das ciências e da tecnologia, antes intransponíveis, também se encontram um pouco menos distantes e parcelas da direita política já ponderam debates tidos anteriormente como exclusivamente progressistas em relação aos temas.

Com essas distinções abrandadas, novos debates surgem e aqui podemos observar as “políticas de vida”, discutidas por Giddens:

A política da vida diz respeito às decisões de vida. Ela é uma política de escolha, identidade e mutualidade. Como deveríamos agir em relação à hipótese do aquecimento global? Devemos aceitar a energia nuclear ou não? Até que ponto o trabalho deveria permanecer um valor central da vida? Deveríamos defender a desestatização? Qual deve ser o futuro da União Europeia? Nenhuma destas é claramente uma questão de esquerda/direita (Giddens, 2005, p.54).

Naturalmente atualizadas com o tempo, novas questões sobre os temas anteriores foram sendo trabalhadas na atualidade, mas, novamente, sem necessariamente serem vinculadas a um partido ou grupo. São questões sociais da atualidade que atravessam tanto a esquerda quanto a direita. Para essas questões, é proposta por Giddens a tentativa de aproximação e diálogo com o centro político, considerando que, apesar de ainda serem politicamente divisórios, esses debates não necessariamente acompanham a divisão estabelecida pelos interesses econômicos:

Uma social-democracia renovada tem de ser esquerda do centro, porque justiça social e política emancipatória permanecem no seu cerne. Mas o “centro” não deveria ser encarado como vazio de substância. Estamos antes falando das alianças que os social-democratas podem tecer a partir dos fios da diversidade de estilos de vida. Problemas de vida tradicionais, assim como novos, necessitam ser pensados desse modo. Um welfare state reformado, por exemplo, tem de corresponder a critérios de justiça social, mas tem também de reconhecer e incorporar a escolha

ativa de estilo de vida, estar integrado com estratégias ecológicas e responder a novos cenários de risco (Giddens, 2005, p.55).

3.4.4 Ação Política

O dilema da ação política é discutido por Giddens a partir do crescente enfraquecimento político e do suposto esvaziamento de poder que os governos vêm enfrentando frente aos novos movimentos sociais e à extrema direita. Com esses enfraquecimentos, o neoliberalismo conseguiu ampliar uma crítica ao papel do governo na vida das pessoas e é justamente como uma resposta a essa crítica que o dilema da ação política é desenvolvido pelo autor.

Giddens esboça os principais pontos em que o governo opera e aponta como estes não podem ser encabeçados pelo mercado financeiro e tampouco por movimentos sociais ou organizações não governamentais. Os dois últimos são um pouco mais debatidos pelo autor como centrais no crescimento da “subpolítica” nos últimos anos, um conceito relacionado ao enfraquecimento da política tradicional e ao surgimento de novas formas de engajamento político e tomada de decisões fora dos canais convencionais⁹.

Esses grupos e os governos devem operar diálogos, tendo os governos muito a aprender com eles. Assim como são feitas negociações com empresas e outras instituições de mercado, é interessante estabelecer o diálogo com grupos de ativismo, movimentos sociais, ONGs e outras associações de cidadãos. No entanto, Giddens destaca que “a ideia de que tais grupos podem assumir o controle quando o governo está falhando, ou podem tomar o lugar dos partidos políticos, é fantasiosa”. Apesar de apresentar uma nova forma a dias de hoje, o Estado-nação conserva a sua importância e tem como uma de suas principais funções mediar as reivindicações entre os diversos grupos de interesse. Esse papel não pode ser esquecido ou menosprezado na política contemporânea.

3.4.5 Questões Ecológicas

As questões ecológicas são destacadas por Giddens enquanto um desafio para a social democracia desde muito tempo, desafio esse que encontra eco nos problemas dos governos de centro-esquerda atuais no que se refere à implementação de políticas efetivamente

⁹ Os grupos que compõem a “subpolítica” não agem diretamente, mas, não por isso, têm um efeito nulo no curso dos governos. Na verdade, esses grupos estão intimamente ligados com mudanças nos programas de governo desde o fim da década de 90 e conseguiram impor agendas na Europa e posteriormente globalmente como a “modernização ecológica”. Vários desses grupos possuem atualmente uma escala global, como é o caso do Greenpeace e da Oxfam.

comprometidas com o meio ambiente. Além das necessárias conciliações partidárias que um governo enfrenta, o desafio das questões ecológicas se dá em parte porque o campo ecológico não pode ser resumido a uma única questão e possui inúmeras controvérsias.

Nos anos 60 já se falava sobre as possíveis catástrofes no meio ambiente caso não fossem tomadas ações efetivas no sentido de um crescimento ecologicamente equilibrado. Essas predições tomaram forma e força com as mudanças globais das últimas décadas, mas ainda assim encontram resistência nos grupos políticos - principalmente os neoliberais que veem na exploração ilimitada dos recursos naturais o caminho para o desenvolvimento econômico, diminuem os possíveis efeitos da poluição e tendem a considerar o aquecimento global como um processo exclusivamente natural e não como um efeito da ação humana.

Frente a esse ponto se pensa para a *terceira via* a noção de uma modernização ecológica trabalhando a ideia de que a sustentabilidade ambiental pode ser alcançada através da integração de práticas ecológicas na estrutura da sociedade moderna. Em vez de ver a modernização ecológica como uma ameaça ao progresso, com todas as suas necessárias adequações, acredita-se que é possível combinar crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico com a proteção do meio ambiente promovendo a eficiência ecológica e adotando tecnologias mais limpas e práticas sustentáveis na produção industrial, no consumo de energia e nos processos de tomada de decisão (Giddens, 2005, p.67).

3.4.6 A Política de *Terceira Via*

Apesar de sólidos quando discutidos separadamente, os dilemas apresentados por Giddens não são independentes uns dos outros. Considerando-os de modo integrado Giddens formula sua proposta política e os valores a ela vinculados, sendo eles: Igualdade; proteção aos vulneráveis; liberdade como autonomia; “não há direitos sem responsabilidade”; não há autoridade sem democracia”; pluralismo cosmopolita; conservadorismo filosófico.

As nuances de cada aspecto são destrinchadas na obra do autor, no entanto, de modo geral, com a *terceira via* de Giddens deixa-se de priorizar uma igualdade de renda na sociedade e procura-se o estabelecimento de um limite para essa desigualdade. Ao mesmo tempo, é proposta uma potencialização de oportunidades no mundo moderno e valorização da esfera pública, dado o papel fundamental que esta última exerce na reconstrução e renovação das instituições públicas. A proposta “é um esforço para reagir à mudança, capaz de desenvolver um projeto político integrado e forte que aborde questões como a desigualdade

dentro do contexto do mundo contemporâneo, e de responder de forma sofisticada à globalização” (Pavese, 2004).

Ainda que sofrendo críticas tanto da direita quanto da esquerda ao ser apontado enquanto um projeto impreciso, dúbio ou até mesmo inválido, a *terceira via* acabou sendo acolhida por políticos no mundo inteiro.

Na Inglaterra, onde Giddens teve uma maior influência, a *terceira via* foi nomeada de “novo trabalhismo” e desenvolvida, na década de 90, pelo Partido Trabalhista, que teve mais facilidade de fixá-la enquanto proposta equilibrada de centro-esquerda diante das recém vividas experiências liberais e social-democráticas no país. Nestas ocasiões, destacou-se o líder do Partido Trabalhista inglês, Tony Blair. O projeto também viu reverberação em outros países da Europa, cada um a seu modo. Isso se dá de maneira plural, pois, segundo Giddens, há apenas um único pensamento de *terceira via* e as contribuições são múltiplas.

Nos Estados Unidos, apresentada pelos “novos democratas” e denominada de “novo progressismo”, a ideia foi expressa como resposta a um mundo em constante mudança. Para isso, propunha um incentivo por parte do estado às empresas e aos trabalhadores no que se refere à inovação e ao preparo frente a economia global. O projeto embasou políticas e reformas propostas durante o governo Bill Clinton (1993 a 2001). Apesar de ambas possuírem particularidades, as experiências americanas e britânicas se repetiam em diversos aspectos.

Na América Latina, o modelo teve um impacto mais restrito. Em território brasileiro, o projeto se difundiu principalmente no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo-se nas propostas que se apresentavam à época e sofrendo duras críticas por parte da esquerda política brasileira. As críticas, no entanto, se atenuaram durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que moderou os discursos anteriores e realizou uma aproximação com o projeto, sendo apontado como “o mais novo adepto da terceira via que tanto criticou” (Pavese, 2004).

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve um papel importante na adoção de algumas ideias da *terceira via*, adotando uma postura de centro-esquerda e buscando conciliar valores sociais e de mercado. Na presidência de Lula, o governo adotou políticas sociais como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),

mas também adotou políticas pró-mercado, como a manutenção de superávits primários e a promoção do comércio exterior.

Mesmo com essa proximidade, em 2021, quando se falava sobre a necessidade de uma *terceira via* no Brasil, o projeto não era vinculado ao ex-presidente Lula. Enunciados que ensaiaram uma *terceira via* no período que nos propomos analisar apontam para alguns possíveis candidatos, como, por exemplo: o senador e ex-ministro do governo Bolsonaro, Sérgio Moro (União Brasil); o ex-governador do estado do Ceará e ex-ministro do governo Lula, Ciro Gomes (PDT); o ex-governador do estado de São Paulo, João Dória (PSDB) e; a ex-senadora e atual Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB). Além destes, outros nomes (com menor expressão política) apareceram em pesquisas de opinião com frequência e foram apontados como possíveis candidatos de *terceira via*.

Artigos e reportagens que corroboram essa alternativa de candidatura apontam para a necessidade de considerar novos aspectos e recortes históricos. Em contrapartida, posicionamentos discursivos críticos à *terceira via* a definem como sendo a candidatura da “grande mídia”, um rearranjo da direita política, contrária a Bolsonaro.

3.5 Aspectos Complementares: Grades de Especificação e Instâncias de Delimitação

Todos os aspectos citados mostram onde este objeto pode surgir, identificam melhor a superfície de emergência, mas seguindo para a conclusão precisamos ainda discutir dois pontos imprescindíveis.

As grades de especificação são o primeiro ponto. Ao falar da *terceira via* se abre um leque de possibilidades que nos permite aferir sentidos amplos e cada uma das pessoas associadas a este termo corresponde a uma nova possibilidade. A cada nome temos propostas políticas diversas e possibilidades variadas na construção de sentidos. Individualmente, estes personagens protagonizam novos processos de significação.

As instâncias de delimitação configuram o segundo ponto, afinal todos estes aspectos repousam sob as redomas de complexas estruturas, como no nosso caso aparecem o jornalismo (como instituição, reconhecida pela sociedade, a qual é atribuída a função social de informar, regida por regras deontológicas específicas, as quais situam os indivíduos que compõem o seu corpo em uma estrutura organizacional particular, regras estas que muitas vezes se encontram no não-dito), a democracia (como regime político, estabelece as

possibilidade da disputa política sob os moldes que acontecem em nosso país e possibilita a construção ideológica da dicotomia tomada como base para o agendamento do nosso objeto) e o direito (a partir do qual são apontadas e discutidas as situações dos agentes políticos, as possibilidades de intervenção e as estratégias possíveis, os limites do dizer).

3.6 Relações Gerais entre os Aspectos Analisados

Neste momento, vale ressaltar alguns apontamentos: podemos inferir com a amplitude dos materiais analisados que as relações estabelecidas por estes aspectos possibilitam o aparecimento não só deste objeto. Além disso, este ponto de emergência específico, trabalhado ao longo deste trabalho, não é constante e estanque. A *terceira via*, no sentido que apresentou em meio aos recortes que fizemos, é atribuída a um local que outros objetos por vezes ocuparam, ocupam e ocuparão. Sobre esses apontamentos, Foucault (2020) explica:

Não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam, nem mesmo o seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados. (Foucault, 2020, p. 57)

A todas estas características debatidas até aqui, podemos atribuir um sistema de relações específicas, estabelecidas entre “instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação e modos de caracterização” (Foucault, 2020, p. 55). Eles não demonstram como o objeto é constituído em si, mas representam parte do que o permite aparecer e estabelecer uma relação com os demais objetos que se situam neste discurso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos concluir parcialmente que os enunciados considerados durante a análise e os aspectos que propomos organizar durante este trabalho fornecem indícios da questão a qual nos propomos discutir, ou seja, demonstram marcas do aparecimento do objeto de *terceira via*, mas não configuram a totalidade do sistema tão complexo que pode caracterizar a formação de um objeto discursivo. Manifestam moderadamente a estreiteza deste aparecimento. Se a *terceira via* surge no jornal *O Estado de S. Paulo* do modo como aparece, o faz por ser atravessada por aspectos jornalísticos, linguístico discursivos e históricos variados.

Destes aspectos destacamos uma linha editorial por parte do jornal *O Estado de S. Paulo* que impulsiona a emergência da *terceira via* enquanto objeto discursivo no ano de 2021 em meio a formações discursivas do jornalismo político. Este fator não se materializa em apenas um dos aspectos analisados, mas aparece ao observar a associação dos aspectos jornalísticos e históricos. Alinhada há décadas às propostas políticas personificadas em boa parte das candidaturas de centro que permeavam as opções de *terceira via*, a linha editorial do periódico permite efeitos de sentido que endossam a formação do cenário político da época, este imprescindível para a oportunidade de surgimento deste objeto.

A análise demonstra ainda a presença de razões mais amplas e menos subjetivas na situação do objeto de *terceira via*, como é o caso do funcionamento do próprio jornalismo e das estruturas que o cercam, dadas as configurações organizacionais observadas no ofício dos jornalistas, colaboradores e colunistas que atuam no jornalismo opinativo e publicam textos através de canais que funcionam sob a redoma do mercado da informação. Essas estruturas raramente seguem no sentido oposto às convenientes posições mercadológicas dos maiores veículos de informação do país e neste caso não é diferente.

Tendo em vista essas apreensões, o uso da análise discursiva nesta pesquisa se mostra proveitoso no intuito de atenuar a opacidade com a que observamos o jornalismo atravessar as formações discursivas no mundo político. A partir dos gestos de interpretação aqui realizados podemos nos lançar sob novas questões em torno das demais categorias observadas nos sistemas de dispersão que configuram as formações discursivas (modalidades enunciativas, conceitos e estratégias) presentes nos discursos notados nesta pesquisa (Foucault, 2020). Podemos ainda propor novas análises em torno dos aspectos que podem ser

apreciados ao se trabalhar com este e outros tantos objetos que perpassam similares sistemas de dispersão no campo jornalístico e político.

Com isso, propomos a continuidade de uma análise frequente do fazer jornalístico sob um olhar interdisciplinar que consiga abarcar a multiplicidade de fatores que atravessam este ofício e que, com isso, alcançam direta e indiretamente a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- A IMPLOÇÃO dos partidos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 dez. 2021a. Opinião. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinio/a-implosao-dos-partidos/>. Acesso em: 28 out. 2023.
- ABREU, A. A. e LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco : a imprensa e a crise de agosto de 1954. In : GOMES, A. C. (org.). **Vargas e a crise dos anos 1950**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 23-60
- ALBUQUERQUE, José A. G. A terceira via está viva nos corações e mentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinio/espaco-aberto/a-terceira-via-esta-viva-nos-coracoes-e-mentes/>. Acesso em 28 out. 2023
- BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda Aparecida . O discurso jornalístico. In: **Anais do 10º Encontro Anual da Compós**, 2001, Brasília. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2001/trabalhos/o-discurso-jornalistico?lang=pt-br>. Acesso em: 28 out. 2023.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CENÁRIO sombrio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mai. 2021b. Opinião. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinio/cenario-sombrio-2/>. Acesso em: 28 out. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Marie Homboe. The Structure of Foreign News. In: **Journal of Peace Research**, [S. l.]: Sage Publication, 1965. v. 2, n. 1, p. 64-91. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/423011>. Acesso em: 28 out. 2023
- GANS, Herbert J. **Deciding What's News**: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time. Nova Iorque: Pantheon Books, 1979.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- GUILHERME, Cássio Augusto. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, Vitória, v. 40, p. 199-223, junho, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/issue/view/863/353>. Acesso em 28 out. 2023.
- _____. De volta ao passado: a proposta neoliberal do Estadão no pós-golpe. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.18, n. 208, p. 66-74, set. 2018b. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42971/751375138291>. Acesso em 28 out. 2023.

MARTÍN VIVALDI, Gonzalo. **Gêneros Periodísticos**. Madri: Paraninfo, 1973.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A crise financeira internacional de 2008/2009 e a derrocada dos mitos do neoliberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 25, p. 52-73, dez. 2009.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NÊUMANNE, José. A mentira a serviço dos velhacos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/jose-neumanne/a-mentira-a-servico-dos-velhacos/>. Acesso em: 28 out. 2023.

O DEVER do congresso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1961. Notas e informações, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610829-26487-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 28 out. 2023

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PAVESE, Carolina Boniatti. A terceira via. **Mosaico Social**, Florianópolis, v. 2, n. 2, página 240-247, dez. 2004.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005

UMA ESCOLHA muito difícil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 out. 2018. Opinião. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/uma-escolha-muito-dificil/>. Acesso em: 28 out. 2023.

VANDRESEN, D. S. **O discurso na arqueologia e genealogia de Michel Foucault**. [S. l.]: Secretaria da Educação do Paraná, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/Daniel_Salesio_Vandresen.pdf. Acesso em 28 out. 2023.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ANEXO A - Corpus analítico expandido: resultados iniciais da busca

Matéria 01: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>.

Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 02: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>.

Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 03: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>.

Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 04: D'ARAUJO, Maria Celina. Parlamentarismo numa hora dessas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/parlamentarismo-numa-horas-dessas/>.

Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 05: MACEDO, Roberto. Com 11 nomes, terceira via tem candidatos demais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/roberto-macedo/com-11-nomes-terceira-via-tem-candidatos-demaiss/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 06: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>.

Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 07: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>.

Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 08: LAMOUNIER, Bolívar. **Uma luz bruxuleia no fim do túnel**. São Paulo, 06 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opiniao/bolivar-lamounier/uma-luz-bruxuleia-no-fim-do-tunel/>.

Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 09: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 10: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 11: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 12: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 13: NÊUMANNE, José. A mentira a serviço dos velhacos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2021. Espaço Aberto.. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/jose-neumanne/a-mentira-a-servico-dos-velhacos/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 14: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 15: ALBUQUERQUE, José A. G. A terceira via está viva nos corações e mentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/a-terceira-via-esta-viva-nos-coracoes-e-mentes/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 16: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 17: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 18: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 19: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 20: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 21: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 22: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 23: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 24: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 25: MACEDO, Roberto. Em que sentido o congresso é nacional?. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2021. Espaço Aberto. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniaio/roberto-macedo/em-que-sentido-o-congresso-e-nacional/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 26: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/opinioao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 27: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 28: A IMPLOÇÃO dos partidos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 dez. 2021a. Opinião. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/a-implosao-dos-partidos/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 29: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 30: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 31: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 32: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 33: ROSENFELD, Denis Lerrer. Liberdade e comprovante de imunização. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2021. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/denis-lerrer-rosenfeld/liberdade-e-comprovante-de-imunizacao/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 34: OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de. Combate ao crime: mentira usada como arma política. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2021. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/espaco-aberto/combate-ao-crime-mentira-usada-como-arma-politica/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 35: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 36: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 37: FÓRUM dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2021. Fórum dos Leitores. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/opiniao/forum-dos-leitores/forum-dos-leitores-70003133153/>. Acesso em: 28 out. 2023.

ANEXO B - Corpus analítico selecionado: produções selecionadas para a análise

Matéria 01: D'ARAUJO, Maria Celina. Parlamentarismo numa hora dessas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/espaco-aberto/parlamentarismo-numa-horas-dessas/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 02: MACEDO, Roberto. Com 11 nomes, terceira via tem candidatos demais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/roberto-macedo/com-11-nomes-terceira-via-tem-candidatos-demais/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 03: NÊUMANNE, José. A mentira a serviço dos velhacos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2021. Espaço Aberto.. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/jose-neumanne/a-mentira-a-servico-dos-velhacos/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 04: ALBUQUERQUE, José A. G. A terceira via está viva nos corações e mentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2021. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/espaco-aberto/a-terceira-via-esta-viva-nos-coracoes-e-mentes/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Matéria 05: A IMPLOÇÃO dos partidos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 dez. 2021a. Opinião. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opinioao/a-implosao-dos-partidos/>. Acesso em: 28 out. 2023.